

A T A D A R E U N I Ã O

Realizada no dia 2 de maio de 2018

*Local: Centro Cultural de Mirandela
(Sala de Leitura Sarmento Pimentel)*

<i>Presidente:</i>	Orlando Ferreira Pires
<i>Membros Presentes:</i>	Luísa Belchior Maria Luísa Deimãos Lopes Vitor Esteves Elisabete Paulo Morais Carlos Fernando Avelens Freitas Maria Arminda Cecílio Alves Isabel Maria Barros Ramos Martins Dulce de Jesus Martins Ramos Gabriela Alexandre Romano Lomba Isabel Maria Moutinho Gonçalves António Manuel Ceriz Rodrigues Ana Isabel Rodrigues C. J. Pinto Gonçalves Fernanda Maria Sacramento Mesquita Edgar Mazeda Tito Emanuel Sales Resende
<i>Membros Ausentes:</i>	José Mesquita Manuel Joaquim Taveira Pereira José Eduardo Evaristo Cabanas João Carlos Santos Carvalho
<i>Apoio:</i>	Conceição Mesquita Madalena Ferreiro

Abertura da Reunião

O Sr. Vice-presidente, Orlando Pires comunicou aos presentes de que, em virtude da senhora presidente do Conselho estar ausente, **assumia a presidência** da reunião do *Conselho Municipal de Educação de Mirandela*, tendo, uma vez verificada a existência de quórum para o funcionamento do *Conselho*, nos termos do *art.º 12.º do Regimento do CME*, **declarado aberta a reunião quando eram dez horas e dez minutos**.

Seguidamente, para os efeitos contidos no *n. 4, do art.º 11.º do Regimento do CME (em vigor)*, o senhor Vice-presidente deu as boas vindas aos membros presentes e deu início à reunião:

Ordem do Dia

1) - Ponto de Situação das obras nos edifícios escolares

O Sr. Vice-presidente, Orlando Pires, informou o Conselho Municipal de Educação de Mirandela (CMEM) que estão a decorrer obras de requalificação das escolas do Fomento, Convento e Luciano Cordeiro. Cada uma tem dez salas, com capacidade para acolher duzentos alunos. Em princípio só serão ocupadas oito ou nove salas e as restantes serão para os projetos que estão em curso.

Comunicou ainda que, das escolas referidas, a do Fomento é a única que apresenta reservas quanto ao prazo de conclusão, cujo compromisso era o mês de agosto. Pela avaliação técnica o plano de obras deve ir até novembro, o que impede a ocupação no início do ano letivo. A solução é fazer-se a transição dos alunos no final do primeiro período, mantendo os mesmos no edifício do Piaget até as obras finalizarem.

Poderão questionar-se se existe obrigatoriedade de virem todos os alunos do primeiro ciclo? Não há freguesias que possam manter as escolas abertas? Para se ter uma ideia do número de alunos, do primeiro ciclo, o Sr. Vice-presidente leu (em voz alta) um documento em que se quantificam os alunos por escola, e que se apensa a esta ata como Anexo I. Após a leitura do referido documento o Sr. Vice-presidente pediu aos presentes que fizessem uma reflexão quanto à qualidade do ensino onde são lecionados quatro níveis na mesma sala. Referiu ainda que a avaliação do meio rural foi feita em colaboração com o Agrupamento de Escolas, com quem tem havido uma excelente relação de trabalho e entendimento. Questionou, há algumas destas escolas que entendam que deva manter-se abertas?

Tomou a palavra Isabel Gonçalves, representante das instituições particulares de solidariedade social que desenvolvem atividade na área da educação, e disse que, apesar de haver a noção de que Pereira não tem alunos suficientes, era de todo o interesse em manter a EB1 de Pereira, recebendo também os alunos das localidades limítrofes, alertando para a especificidade das alunas institucionalizadas na Casa do Menino Jesus.

O Sr. Vice-presidente interveio para informar que relativamente a esta mudança dos alunos do primeiro ciclo para Mirandela, foi feita uma reunião com os senhores presidentes de junta, para auscultar a opinião dos mesmos, que aceitaram por unanimidade a vinda do primeiro ciclo para Mirandela, à exceção do presidente da União de Freguesias de Avidagos, Navalho e Pereira que também é de opinião que se mantenha em funcionamento a EB1 de Pereira.

Vitor Esteves, Diretor do Agrupamento de Escolas de Mirandela, tomou a palavra e explicou que as negociações para manter as escolas abertas são entre a Câmara Municipal de Mirandela e o Ministério da Educação. Existe a ata de uma reunião onde consta o encerramento das escolas logo que as obras ficassem prontas (junta-se como Anexo I). O Agrupamento apenas tem conhecimento destas decisões. Acrescentou que o papel do Agrupamento neste caso foi carregar as previsões do número de alunos, mas só depois das matrículas é que as turmas são validadas ou não pelo Ministério da Educação (DGESTE). Mesmo sem centro escolar já havia uma grande resistência em aprovar turmas. Todos os anos há um jogo de negociação para aprovação de turmas, não só no pré-escolar e primeiro ciclo, mas também no secundário. Quanto ao pré-escolar e primeiro ciclo referiu que lhe parece difícil fazer aprovar as turmas e só a autarquia pode exercer alguma pressão, pois nestes ciclos o Agrupamento é apenas espetador.

Isabel Martins, como representante do ensino pré-escolar informou que Carvalhais é uma situação “sui generis”. No presente ano letivo há cento e trinta e três alunos do primeiro ciclo e trinta e quatro crianças do pré-escolar. Sendo o primeiro ciclo transferido e mantendo-se o pré-escolar, ficando só estes alunos num espaço tão grande, tão isolado e com uma criança com problemas de saúde graves, entende que vai haver diversas dificuldades, para além do isolamento, há questões de segurança, a manutenção e a limpeza. Na sua opinião e na dos encarregados de educação, que após uma reunião lhe transmitiram as mesmas preocupações, deveriam ser consideradas estas crianças na deslocação para Mirandela ou então ficar este estabelecimento de ensino mais um ano em atividade, evitando assim a mudança.

O Diretor do Agrupamento interveio para fazer um apontamento, lembrar que vai haver uma reunião da Rede Escolar, em Vila Real, no próximo dia quatro, onde podem ser colocadas estas questões.

A propósito do J I de Carvalhais, António Ceriz Rodrigues, representante dos serviços públicos de saúde, fez chegar uma ata dos encarregados de educação, que foi lida em voz alta e que manifesta as preocupações já transmitidas pela Educadora Isabel Martins (junta-se como Anexo II).

Isabel Martins acrescentou ainda que há casais com dois filhos, um no primeiro ciclo e outro no pré-escolar e assim ficarão separados em termos de equipamentos. Dizer que não pode ser feita a mudança pelo facto de os espaços terem de ser adaptados é uma falsa questão, pois o mobiliário é exatamente o mesmo dos do primeiro ciclo.

Gabriela Lomba, representante das associações de pais e encarregados de educação questionou se tal como no primeiro ciclo também estava equacionada a mudança de todo o pré-escolar.

O Sr. Vice-presidente informou que a primeira fase da reorganização é referente só ao primeiro ciclo do ensino básico e também está considerado mudar para a Escola Luciano Cordeiro a Unidade de Apoio à Multidificiência (UAM), cujo projeto está a ser feito e acompanhado pela Associação dos Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT), e terá que funcionar com todos os anos de escolaridade do primeiro e segundo ciclos.

Luisa Deimãos, representante das freguesias do concelho, tomou a palavra e disse não apoiar a ideia de apenas e só os alunos do quarto ano de escolaridade frequentarem o centro escolar da EB Luciano Cordeiro. Acrescentou, ainda, que é uma falsa questão a preocupação dos pais em juntar alunos de idades tão diferenciadas, do primeiro ao sexto ano de escolaridade, uma vez que o conflito surge nas idades mais próximas, por exemplo entre o terceiro e quarto ano e nunca entre o primeiro e quinto ano.

Arminda Alves, representante do pessoal docente do ensino básico público, disse que não via viabilidade para a proposta de apenas os alunos do quarto ano de escolaridade frequentarem o centro escolar da EB Luciano Cordeiro.

O Sr. Vice-presidente informou que no plano da autarquia todos os estabelecimentos de ensino funcionarão com os quatro anos de escolaridade.

O Diretor do Agrupamento manifestou o seu receio quanto ao funcionamento dos quatro anos do primeiro ciclo na EB Luciano Cordeiro, justificando que as instalações não foram pensadas para crianças tão pequenas, referindo-se aos alunos do primeiro ano de escolaridade, dadas algumas barreiras, nomeadamente uma escadaria ali existente.

Arminda Alves referiu que no meio rural as barreiras e as carências são imensas, havendo agora oportunidade para dar as melhores condições aos alunos. Manifestou, ainda, a opinião que se pudessem incluir todos os anos do primeiro ciclo e inclusive o ensino pré-escolar na EB Luciano Cordeiro, sendo benéfica a proximidade desde que haja mais monitorização do espaço.

Gabriela Lomba disse que tinha conhecimento do receio dos pais na junção de todos os alunos, no entanto transmitir-lhes-ia toda a informação e explicações tratadas neste Conselho, tendo a certeza que seriam aceites o melhor possível.

Quanto ao ensino pré-escolar é de opinião que deveria ser repensado também o ensino pré-escolar para Mirandela pois há falta de oferta, no ensino público, na cidade.

Lúisa Belchior, representante do Presidente da Assembleia Municipal, considerou benéfica a deslocação dos alunos do primeiro ciclo do ensino básico para Mirandela e no que se refere à Escola Luciano Cordeiro, tendo em consideração as preocupações do Diretor do Agrupamento no que diz respeito à segurança dos alunos questiona se haveria possibilidade de um plano, através da AMTQT, para eliminação das barreiras existentes.

O Sr. Vice-presidente informou que os projetos foram estudados e acompanhados pela AMTQT, bem como pelos técnicos da autarquia. Os edifícios ficam com condições de excelência e além disso conseguiremos colocar mais assistentes operacionais e maior número de docentes para apoiar os alunos.

O executivo municipal quer o melhor possível para todos os alunos do concelho, pelo que passando à aprovação do primeiro ponto desta reunião, o que for decidido neste Conselho terá que ser consensual e unânime:

- a) Alunos por edifício do primeiro ao quarto ano;
- b) Origem, impossível manter as turmas atuais, os alunos serão distribuídos por área geográfica;
- c) Alunos da EB do Fomento serão acolhidos no edifício PIAGET, transitoriamente, no primeiro período;
- d) Relativamente a Pereira ainda não foi decidido, em definitivo, encerrar a Escola. A Câmara Municipal aceita a proposta e compromete-se fazer os possíveis, junto da DGESTE, para manter o estabelecimento de ensino em funcionamento dada especificidade dos alunos que acolhe.
- e) Relativamente ao pré-escolar inicialmente foi equacionada a reorganização para o ano letivo 2019/2020, tendo como intuito negociar um envelope financeiro com o MEC (Ministério de Educação e Ciência), para criar iguais condições às que foram criadas para o primeiro ciclo, mas dada a manifestação dos pais e docentes poderá ser feita para o próximo ano letivo, 2018/2019, ainda que esta decisão fique sujeita à consideração da Sr.^a Presidente, Dr.^a Júlia Rodrigues, e da DGESTE.

Deliberação:

O Conselho tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar as mudanças propostas em face da reabilitação dos edifícios escolares e com a condicionante das decisões da DGESTE.

2) -- Plano de Transportes Escolares para o ano letivo de 2018/2019

Foi presente para aprovação pelo CMEM o '*Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo de 2018/2019*', previamente remetido aos membros do *Conselho* para estudo. No que concerne a este assunto o Sr. Vice-presidente informou que há grande preocupação, pois constata-se que vai haver diferentes níveis de ensino em horários diferentes e da mesma origem, o que quer dizer que se forem mantidos os horários atuais, num mesmo local, por exemplo Milhais, vai passar um primeiro autocarro para transportar os alunos do segundo ciclo até ao secundário, que entram às oito horas e vinte minutos e um segundo autocarro que vai transportar os meninos do primeiro ciclo e pré-escolar, que entram às nove horas. Era importante haver uniformização nos horários. E a autarquia não está a olhar para a questão financeira, não é essa a maior preocupação, pois se o que for aqui decidido for manter tudo igual, assim será.

Considerando a mancha horária atual da Escola Secundária, que proporciona a quarta e sexta-feira à tarde livres, tendo as aulas o seu início às oito horas e vinte minutos e o término às dezassete horas e trinta minutos coloca-se a questão para discussão do Conselho: será que é possível ajustar os horários e iniciarem todos os alunos à mesma hora, por exemplo oito horas e quarenta e cinco minutos?

Vitor Esteves, Diretor do Agrupamento de Escolas informou que só há viabilidade para duas situações, ou iniciam todos às oito horas e trinta minutos ou fica tudo como está, oito horas e vinte minutos secundário e nove horas primeiro ciclo. Pedagogicamente para o terceiro ciclo e secundário iniciar às oito horas e quarenta e cinco minutos é impossível,

nomeadamente a hora de almoço com todos os alunos ao mesmo tempo na cantina. Além disso, deixa de haver tempo para apoio pedagógico, fica-se completamente vedado, inclusive para as reuniões de quarta-feira à tarde. Para melhorar a qualidade do ensino não podemos retirar este tempo, é quase impossível, além de que há professores que têm trinta e sete tempos letivos, logo não cabem no horário. O Conselho Pedagógico decide em termos legais e não autoriza a alteração do horário.

O Sr. Vice-presidente referiu que tendo em conta a decisão do Conselho Pedagógico, a alusão das oito horas e trinta minutos, pode ser considerada. Os alunos do primeiro ciclo vão ficar mais tempo na escola, pelo que o tempo sobranete pode ser aproveitado para apoio. A este respeito Gabriela Lomba disse que poderiam ser apoiados para fazer os trabalhos de casa.

Arminda Alves sugeriu que a questão do horário fosse debatida para o ano letivo 2019/2020, dada a reorganização que se está a verificar.

Fernanda Mesquita argumentou que entendia que a mudança deve ser aproveitada para tudo. Se for possível conciliar cantina, horários de apoio e não pondo em causa a parte pedagógica, será uma mais-valia para todos.

Luísa Deimãos é de opinião que todos os alunos iniciem às oito horas e trinta minutos, uniformizando o transporte. Vai haver um custo/benefício para as crianças das aldeias, mas que sejam compensados no final do dia, criando condições de apoio, que promovam o sucesso educativo.

Isabel Martins informou que a Escola de Carvalhais já pratica esse horário – oito horas e trinta minutos às dezassete horas e trinta minutos.

O Sr. Vice-presidente reforçou que só com o compromisso de um acolhimento diferenciado é que as coisas vão resultar, mais professores, mais assistentes operacionais. Obviamente que para a autarquia sendo um transporte único é mais confortável, bem como para os transportadores.

Fazendo a votação, tendo como base o horário apontado pelo Sr. Diretor do Agrupamento das oito horas e trinta minutos em vez de oito horas e quarenta e cinco minutos, o plano aprovado foi a opção A, com a alteração do horário para as oito horas e trinta minutos.

O Diretor do Agrupamento alertou que o horário das oito horas e trinta minutos ainda terá de ir a Conselho Pedagógico para aprovação.

Deliberação:

O Conselho deliberou, por unanimidade, aprovar o ‘Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo de 2018/2019 – opção A, com alteração do horário para as oito horas e trinta minutos para todos os alunos da cidade’

3) Ponto da Situação do PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar

O Sr. Vice-presidente deu conhecimento ao CMEM que estão em curso dois projetos, no âmbito do PIICIE:

- Um outro olhar para o conhecimento/ Aprendizagem, no valor de cento e setenta mil euros.
- Hoje há Escola/Retorno à Aprendizagem, no valor de duzentos e trinta e sete mil euros.

Para além de equipamentos este programa prevê também a admissão de pessoal. Está assim a decorrer um procedimento concursal para admissão de três técnicos superiores, por um prazo de três anos.

As Salas de Futuro são outro projeto que está a decorrer no âmbito da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM) e que prevê uma sala em cada uma das escolas novas, mais uma na Escola Secundária e outra na Torre D. Chama. Contempla a aquisição de variado equipamento informático e mobiliário, orçado em cento e noventa e cinco mil euros.

O projeto das Ciências está igualmente a decorrer e prevê cento e noventa mil euros para equipar laboratórios na Escola Secundária, Torre D. Chama e Luciano Cordeiro.

4) Outros Assuntos

O Sr. Vice-presidente convidou os presentes a participarem no Seminário de Intercâmbio de Experiências no Âmbito da Educação do Eixo Atlântico, que vai decorrer em Mirandela, no dia vinte e nove de maio de dois mil e dezoito.

A representante do Presidente da Assembleia Municipal, Luísa Belchior, quis fazer um esclarecimento relativamente à sua intervenção, que foi no sentido de ser feita uma auscultação do que pode ser problemático ou considerado um obstáculo na Escola Luciano Cordeiro, e tentar, ainda em obra, anular qualquer barreira.

O Sr. Vice-presidente informou que a DGESTE tem de homologar as obras no final. Pelo que ainda vai ser feito um esforço para ver com os técnicos e empreiteiros o que ainda pode ser corrigido.

A Representante dos serviços da segurança social, Ana Gonçalves transmitiu uma preocupação, que ainda temos muitos jovens adultos que não sabem ler nem escrever e que se limitam a assinar o seu nome.

A Representante dos serviços de emprego e formação profissional, Fernanda Mesquita, informa que não há inscrições suficientes para ser autorizada uma turma. Pelo que não há mecanismos legais para poucos alunos. Também em relação a este assunto o Diretor do Agrupamento informou que há formação para adultos, em regime noturno, e desde que haja inscrições é possível fazer uma proposta ao Sr. Secretário de Estado. Nunca se recusou nestas questões. O sistema de ensino português dá resposta a esta situação, as pessoas é que não querem.

O Sr. Vice-presidente encerrou o Conselho Municipal de Educação dizendo que os presentes têm toda a legitimidade para fazer chegar questões, dúvidas, ao longo do mandato e apela ao esforço conjunto e trabalho em parceria, de forma a que todos os membros do CMEM tenham a mesma informação.

A próxima reunião ficou agendada para setembro e o enfoque será a atualização da Carta Educativa.

Aprovação da Ata

Para cumprimento e efeitos do *n. 1, do art.º 16.º do RCME*, foi elaborada a presente ata, a qual será submetida à aprovação do *Conselho* no início da próxima reunião.

Encerramento da Reunião

E nada mais havendo a tratar, o senhor presidente do *Conselho* deu por **encerrada a reunião quando eram doze horas e cinquenta e cinco minutos.**